

O MILÉNIO E A HISTÓRIA

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES*

Em vésperas de um novo milénio, convirá questionarmo-nos se tal ideia de mudança tem ou teve impacte na História da humanidade. Porquê e para quê contarmos os dias que faltam para o ano 2000? Será uma mera psicose do desconhecido, com tendência para a universalidade, por causa da globalização de comportamentos desperta pela comunicação social? Ou o pânico do *bug* informático? Ou será uma simples campanha de marketing de operadores turísticos que nada mais pretendem do que tornar aliciante uma festa europeia ou, melhor dizendo, ocidental, a festa da passagem de um ano a outro do calendário? Provavelmente tudo isto e nada.

De facto, se formos a olhar bem para esta aldeia global que é o nosso planeta, verificaremos que a passagem do Milénio, apenas diz respeito à civilização ocidental, ou seja, à Europa e aos povos que ela colonizou e, colonizando, imprimiu a sua marca civilizacional, cultural e religiosa. Entre esta, conta-se o calendário que, por força dessa colonização cultural, se universalizou, apesar de alguns povos e culturas se definirem por outros calendários e outros cálculos de tempo. Assim, os Judeus estarão no ano 5761 da criação do mundo, os Muçulmanos no ano 1378 da Hégira e os cristãos ortodoxos, apesar de estarem no mesmo ano, iniciarão o seu calendário a 6 de Janeiro, etc. Poderíamos completar esta heterogeneidade acrescentando outros calendários e outros milénios, consoante as culturas e as religiões, que remontam os seus começos a origens do mundo indefinidas e a heróis míticos.

E o mesmo poderíamos dizer acerca do dia e do mês em que as páginas do milénio se voltam. Isto significa que estamos perante convenções que o ser humano foi criando, para balizar a sua história. Tal como a nossa era cristã, que foi definida no ano 532, por Dionísio, o Exíguo, e fixada no ano 4714 do calendário juliano, como tendo sido o ano do nascimento de Cristo, isto é, o 1º dia, do 1º mês do 1º ano da

era de Cristo. Ou seja, com propriedade, deveríamos dizer que o Milénio de que tanto se fala apenas respeita aos cristãos, não fosse o domínio universal dessa mesma cristandade, marcado pela colonização moderna e actualmente pela colonização cultural da civilização que detém o domínio das tecnologias de informação e comunicação.

Com a noção de Milénio evocam-se os medos do “ano mil”. Mera mistificação histórica, posta, hoje, em causa por historiadores vários, perante a ausência de referências a esses terrores e à sua incidência na sociedade. Jacques Heers, em livro recente, sintetizava, assim, as investigações recentes sobre o ano mil: *Quanto aos acontecimentos em si próprios, não só parece impossível, quando se lêem os textos da época, referir medos e pânicos, ou mesmo perturbações e desordens, como alguns autores, historiadores sólidos, fazem notar que se deveria pelo contrário creditar os tempos que precederam e vieram imediatamente a seguir ao ano mil de sérias tentativas de ordenamento social: paz de Deus, reforma da Igreja, organização das comunidades campesinas*.¹

A origem desta lenda remonta aos escritos dos historiadores e enciclopedistas dos séculos XVII e XVIII, que procuravam denunciar a ignorância e a barbárie dos tempos medievais a qual seria retomada, mais tarde, em tempos históricos de anticlericalismo, como acusação ao modo como a Igreja indevidamente se apropriara dos bens dos fiéis, inculcando-lhes medos e terrores, associados a toda uma literatura apocalíptica de origem judaico-cristã.

A vinda próxima do Messias, rei dos Judeus, ou a promessa da segunda vinda de Cristo iriam marcar toda uma literatura que, posteriormente, se associaria ao Milénio. Para o monge Raul Glaber, este nada tinha a ver com o ano 1000, mas com o ano 1033, ou seja, mil anos após a morte de Cristo².

Com o *Evangelho Eterno* de Joaquim de Fiora, a história da cristandade foi entendida de um modo apocalíptico, num devir em direcção à última vinda de Cristo, o Messias, cujo dia e hora a humanidade desconhece. A divulgação desta leitura histórica e as interpretações que se lhe sucederam, feitas por franciscanos espirituais a esta obra de Fiora, gerariam literaturas apocalípticas sobre o fim do mundo, as quais, misturadas com os apocalipses judaicos, acabariam por ultrapassar o limiar da ortodoxia cristã, sendo rotulados de heresia, heresia essa que teve muitas vezes contornos de contestação social e eclesiástica e como tal foi condenada.

Mas, se está documentado este posicionamento heterodoxo para a Europa medieval e moderna, pouco sabemos sobre o que ocorreu em Portugal. É uma incursão na produção milenarista em território português que nós iremos, muito brevemente, realizar.

Assim poderemos questionar-nos sobre quando e onde começamos a encontrar ecos de uma interpretação apocalíptica dos tempos, que poderia

integrar uma literatura milenarista ou de cariz messiânico? O milenarismo, como Jean Delumeau bem o demonstrou, é uma atitude que radica no anseio de um mundo melhor, por parte da Humanidade ³. E esse mundo melhor, no pensamento judaico-cristão tem cambiantes messiânicos e universais. O rei dos Judeus e Cristo, o Messias dos Cristãos, têm em comum encabeçarem um novo reino, universal e de felicidade eterna, localizado numa cidade, Jerusalém, que configura num arquétipo o próprio universo celestial. A Jerusalém celeste, identificada na Jerusalém terrestre, é o centro universal da era messiânica e, como tal, foi descrita por Sto. Agostinho na *Cidade de Deus*. Este carisma, conferido a Jerusalém, revelou-se também um sinal de sofrimento bem presente, ainda nos nossos dias. Três religiões estão-lhe afectivamente associadas: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo.

O reino dos Últimos Dias, ou império, é antecedido nos textos apocalípticos por sofrimento: pestes, guerras, calamidades várias associadas a fenómenos naturais, que, ontem como hoje, muitos querem interpretar como prenúncios da vinda do Salvador e a instauração de um mundo novo de parusia.

Na nossa pesquisa por escritos, produzidos em território nacional, remontámos a Idácio, bispo de Chaves, nos inícios do século V. A sua *Crónica* está marcada por ideias apocalípticas. Vivendo a invasão dos povos germânicos, em território do Império Romano, Idácio não podia deixar de a referenciar às palavras que anunciavam o fim dos tempos, nos textos dos Antigo e Novo Testamentos e no *Apocalipse* de S. João. Assim, a entrada dos Visigodos em Roma, com Alarico, e a dos Bárbaros na Hispânia, acompanhadas pela peste e fome, eram lidas como as quatro pragas, sinais de Deus aos homens. O casamento do visigodo Ataúlfo com a princesa romana Placidia era entendido como o *cumprimento da profecia de Daniel*. Segundo tal profecia, a filha do rei do Sul deverá ligar-se por matrimónio ao rei do Norte. *Todavía, nenhuma descendência subsistirá dessa união*. Heresias, anunciadas por falsos profetas, eclipses, tremores de terra, cometas e outros fenómenos metereológicos eram anunciados como sinais dos fins dos tempos e preditas por Daniel ⁴.

Ressaibos de um milenarismo difuso surgem-nos na poesia dos cancioneiros medievais, nomeadamente nas designadas cantigas de escárneo e maldizer, do século XIII. João Soares Coelho, a propósito de um converso de origem muçulmana, referia a invasão dos Tártaros e aludia às questões levantadas entre o Imperador e o Papa, nesta cantiga onde as profecias e o AntiCristo não eram esquecidos:

*Joan Fernández, o mund' é torvado
e, de pran, cuidamos que quer fiir:
veemo-lo Emperador levantado
contra Roma e Tártaros viir, (...)*

*E sempre esto foi profetizado
par dez e cinque sinaes da fin:
seer o mundo assi como é mizcrado
e ar tornã-ss' o mouro pelegrin. (...)*

*E se non foss' o AnteCristo nado,
non averria esto que aven: (...)*

Mas não era a única menção de conteúdo milenarista. Martin Moxa retratava um “mundo às avessas”, com a menção bem explícita ao AntiCristo que “*ora seerá na terra*” e D. Pedro, conde de Barcelos, referia-se, numa sua cantiga, espirituosamente ao fim do mundo, assinalando a vinda do AntiCristo assim como a vinda do Messias⁵. Igualmente de sentido quiliástico era a oração milenarista, datável deste período e encontrada pelo Pe. Bragança, num códice alcobacense⁶.

Mas não era só na poesia, que o bastardo de D. Dinis reflectia algum pensamento milenarista. O *Livro de Linhagens* apresentava alguns ressaibos de milenarismo, que, sem referir como tal, Luís Krus já anotara na sua obra *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*. Ao remontar para Jerusalém, o centro do mundo ou o *umbigo* da terra, ao referir a profecia de Daniel sobre a sucessão dos quatro impérios, e a *quinta idade, segundo o que diz Sant'Isidro*, ao aludir a Constantino, o fundador da Roma cristã, D. Pedro associava as origens da nobreza hispânica e dos seus reis, a arquétipos proféticos que a tornavam agente de feitos contra os infiéis, impulsionados pela acção divina.

Mais tarde, o autor anónimo refundidor do livro, na primeira metade da década de Oitenta do século XIV (1380-1383), iria, a propósito dos Pereira e da batalha de Salado, associar a nobreza peninsular à milícia de Cristo “*a quem estaria reservada a protecção e salvação de toda a cristandade*”. Nesta última, os cristãos, fortalecidos pela presença da Vera Cruz, apareciam como “*guerreiros eleitos das prometidas hostes do Juízo Final, como anjos beligerantes que, para as milícias do AntiCristo, semelhavam diabos*”. Igualmente associados a protecção divina, apareciam alguns fundadores de linhagens como a dos Pereira, donde saíram o prior da ordem do Hospital, herói do Salado, e portador da Vera Cruz, e Nuno Álvares Pereira⁷.

No *Colírio da fé contra as heresias*, Álvaro Pais traduzia o anátema da Igreja contra aqueles que saíam da ortodoxia e onde podemos encontrar alguns ressaibos milenaristas. A propósito de Tomás Escoto, declarava que este pregava sobre o AntiCristo em Lisboa, ao afirmar que “*era necessário que em qualquer tempo viesse um homem que enganasse o mundo*”, a que o bispo de Silves respondia, designando o AntiCristo por “*abominação, porque por meio dele,*

que será abominável, a Igreja será desolada” e identificava-o com Escoto. Argumentando sobre as provas da fé, baseadas na filosofia, como pretendia este, Álvaro Pais condenava tal discurso e exemplificava com as profecias da Sibila, alegadas por alguns como vaticinadoras da vinda de Cristo, em vez da autoridade dos profetas. Tal menção faz-nos concluir da sua divulgação na época, talvez por causa da difusão de crenças milenaristas⁸. Mais à frente, identificava Dan com o AntiCristo⁹.

Ao mesmo tempo, ao defender o poder de Roma e dos bispos contra Escoto, referia a existência de mendicantes que atacavam o poder papal e, por isso, se encontravam excomungados pela Igreja, talvez numa alusão aos grupos heterodoxos dos franciscanos espirituais¹⁰.

A própria lei das Sesmarias insinuava a existência no reino de seitas, associadas à pobreza evangélica ou às ideias milenaristas: *“filham avitos como de religião e vivem apartadamente fazendo congregaçom contra a defenssom do direito nom entrando nem seendo professos em nehumas das hordeens relegiosas stabeleçudas e aprovadas pela Santa Egreja ... e sso figura de religiosos e de santa vida, andam pellas terras e lugares pedindo e juntando algo e enduzendo muitos que se ajuntem a elles, e per seu enduzimento leixam os mesteres e obras de que husam e vão star e andar com elles nom fazendo outro serviço nem outra obra de proveito”*¹¹.

Imbuída de ideias milenaristas estava, também, a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes. É frei João Barroca, o eremita franciscano que veio, movido por um sonho, de Jerusalém para Lisboa, onde seria tido por santo e iria predizer ao Mestre de Avis a sua ascensão ao trono de Portugal o qual seria transmitido aos seus descendentes, ou o frade que, no Porto, apelava à união dos *“verdadeiros portugueses”* contra Castela, a *“cismática”*, o AntiCristo. É a sétima idade que se iniciava com o Mestre ou o paralelismo que o cronista fazia entre a sua pessoa e a de Moisés na condução do povo eleito à Terra da Promissão, apressando-se a declarar *“como quem jogueta”*, porque *“taaes openioões bem som demgeitar açerca dos emtemdidos”*¹².

A vitória era devida a desígnio divino, que tinha escolhido os Portugueses como um novo povo eleito, consoante a ideologia do poder que se vinha a construir na centúria de Trezentos e se afirmaria na seguinte. Para essa vitória e favor de Deus concorriam as orações dos portugueses, de Nuno Álvares, de frei João Barroca, das santas mulheres emparedadas. A causa nacional era entendida como serviço a Deus e ao Mestre, não lhe faltando sequer o milagre ocorrido em Lisboa, junto à capela dos Mártires. Os seus mortos morriam pela salvação dos portugueses e acto divino, milagroso e premonitório era o pregão do Mestre como rei de Portugal feito pelos garotos de Coimbra, o mesmo Mestre que depreciativamente era intitulado pelos opositores por *“Messias de Lisboa”*¹³.

O reino era comparado ao Graal, o vaso sagrado, quer em Fernão Lopes, quer nas pinturas em madeira que se encontram depositadas na Colegiada de Santa Maria da Oliveira, em Guimarães¹⁴

A marcar esta *"nova idade"*, iniciada com a vitória contra Castela pelo Mestre de Avis, futuro rei D. João I, e coadjuvada por Nuno Álvares Pereira cujo nimbo de santidade viria a ser-lhe conferido pelos seus próprios contemporâneos¹⁵, não faltaria também o carisma divino a cobrir dois filhos deste monarca: D. Fernando, mártir em Fez, e o próprio D. Henrique, a quem a sua empresa marítima o fazia ser visto pelos homens da sua época, como produto de *"invulgar virtude"*, *"grandeza de alma"*, *"grande sabedoria"*, *"estímulo de coragem"*. Se o humanista Poggio Bracciolini se lhe dirigia nestes termos laudatórios, acrescentava também que os seus feitos eram superiores aos de Alexandre da Macedónia e aos de César e exortava-o a continuar a empresa iniciada^{15bis}. Por essa razão, D. Manuel mandaria colocar a sua estátua sobre o pórtico da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos, conforme nos narraria João de Barros, na *Década Primeira*, pois D. Henrique fora o iniciador desta nova idade.

Moldava-se, também, como já referimos, no interior do reino a ideologia da criação, por vontade divina, do reino de Portugal, frente a Castela e aos mouros. Tal seria expresso na oração solene que Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. João II, leria na corte pontifícia ao papa Inocêncio VIII, em 1485. Nela se falava de Ourique e na origem das armas de Portugal¹⁶. O reino surgia, assim, ideologicamente, justificado pela vontade divina, manifestada em Ourique e, depois, em Salado, como o motor da cruzada contra os infiéis, cruzada que justificava, através das bulas papais, os descobrimentos e a expansão portuguesa.

É provável que os descobrimentos de novas gentes e novas terras fizessem desenvolver a crença de um novo povo eleito, tanto mais que Portugal dilatava a fé, entre gentios e muçulmanos e acabara, com D. Manuel, por impor a unidade religiosa do catolicismo no reino, tal como anos antes D. João II convidara os judeus castelhanos à conversão¹⁷. A unificação religiosa traduzia a ideologia cruzadística na luta contra o infiel, os que odiavam Cristo e a Sua Igreja, quer os que se encontravam no interior do reino, quer os que as armas combatiam no norte de África. Não era Gil Vicente quem fazia entrar imediatamente na barca do céu, os cavaleiros que morriam no norte de África a lutar e morrer por Cristo?¹⁸

De facto, se desconhecemos a expansão das ideias quiliásticas, durante a segunda metade do século XV, a verdade é que a descoberta do caminho marítimo para a Índia, a chegada ao reino do Preste João e o reconhecimento da existência de cristãos e judeus, estes logo associados às dez tribos perdidas de Israel, alimentá-las-iam no século XVI. Caminhava-se para um reino universal e nessa construção Portugal e o seu rei desempenhavam um papel importante. Rei, que,

no caso de D. Manuel, talvez, por predestinação divina, ascendera ao trono depois de seis príncipes, possíveis herdeiros, terem morrido:

*he muyto para espantar,
que por elle vir herdar
seis herdeiros falleceram,
hos quaes todos ouueram
antes delle de reynar*¹⁹.

e recebera das mãos de D. João II, como empresa, a esfera armilar, símbolo do universo.

Ou, como Camões cantaria,

*Parece que guardava o claro Céu
A Manuel e seus merecimentos
Esta empresa tão árdua, que o moveu
A subidos e illustres movimentos...*²⁰

Novos mundos se anteviam e a ideia de mudança pairava em toda a sociedade. Na corte portuguesa, a chegada de Vasco da Gama à Índia devia ter exaltado os "messianistas". O encontro do judeu, depois cristão, Gaspar da Gama, era entendido como um milagre e desejo divino, tal como aquela descoberta. Em carta ao papa, D. Manuel escrevia: "bem se mostra achar se aquela terra por grande misterio de Nosso Senhor, pera seu santo serviço e bem da Cristandade, pois logo com isso ordenou de se nos trazer este homem que avemos açerca por tanto como todo o al, porque sem ele vir estevera ainda muitos anos todo o achado por se saber tam comprida e intrinsecamente como agora de nós é sabido"²¹.

Por outro lado, na carta que enviava aos Reis Católicos, a propósito do mesmo acontecimento, D. Manuel pensava já em atacar os muçulmanos pela retaguarda, contando para isso com o apoio dos reinos cristãos do Oriente que, confirmados na fé, seriam "azo da destroçam dos Mouros daquelas partes"²².

De facto, o suposto reconhecimento inicial de que os povos do Oriente eram cristãos, catequizados por S. Tomé, gerava a consciência da universalidade do cristianismo e do início do império universal cristão, para os messianistas. Na embaixada ao Preste João, narrada pelo Padre Francisco Álvares, o embaixador português afirmava a proximidade da conquista de Jerusalém, dada a aliança de Portugal com a Etiópia, cujo rei possuía uma fortaleza no mar Vermelho²³.

Ao milenarismo cristão ocidental, juntava-se agora o milenarismo da corte do Preste João, onde se acreditava que não haveria mais de cem papas etíopes e que o

último que falecera era o centésimo, “e que assim o tinham por profecia que os frangues do cabo da terra viriam pelo mar e se juntariam com os abexins e destruirão Judá e o Toro e Meca e que sem mudar passaria a gente tanta que a desfariam e de mão em mão dariam as pedras e as lançariam no mar Roxo e Meca ficaria campo raso e que assim tomariam a grão cidade do Cairo, e que sobre isto haveria aí grão diferença cuja seria e os frangues ficariam na grão cidade” e apossar-se iam, com os abexins, da “Casa Santa de Jerusalém”²⁴.

Fernão Lopes de Castanheda, na 2ª edição da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, em 1554, recordaria uma profecia da Sibila Cumea, que teria sido anunciada a D. Manuel, o “*invictissimo Rey dom Manuel, pera quem a divina providencia tinha goardado ho effeyto dele que era a India, cujo descobrimento estava profitizado dantes pola Sibila Cumea*”. A profecia, inscrita numas colunas, encontradas em Sintra, anunciava:

Proficia da Sibila determinação aos do occidente.

*Serão revoltas as pedras com as letras dereytas & em ordem,
Quando tu occidente vires as riquezas doriente.
Ho Ganges, Indo & ho Tejo sera cousa maravilhosa de ver.
Que cada hum trocara com ho outro as suas mercadorias.*

“E quando el Rey dom Manuel vio o que dizião ficou muyto espantado com todos os de sua corte, & ouve sobrisso diversos pareceres, porque huns ho crião outros dizião que por nhum modo podia ser, & que aquilo erão gentilidades a que não se devia de dar nhum credito. E estando a cousa assi em duvida, dizem que chegou Niculau Coelho que a desfez com a nova que deu do descobrimento da India. E foi a profecia avida por verdadeira: & como quer que os Portugueses sabem melhor pelejar que grãgear antiguidades, não ouve quem fizesse mais caso daquela”²⁵.

A noção de predestinação divina afirmava-se neste pequeno Povo e disso são exemplo os cronistas da expansão. Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, traduzia o impacto que a descoberta da Índia podia trazer para o rei e o reino: *Mas cousa era ella pera hum grande Príncipe emprender, e trabalhar pola descobrir e ganhar, e nisto auenturar todo seu Reyno e poder, porque querendo-lha Nosso Senhor mostrar, e delle o fazer senhor, seria exalçado em riqueza e grandeza sobre todosos Principes Christãos, e glorioso em memoria no exalçamento de nossa Santa Fé*²⁶.

A ideia de império, de supremacia sobre os outros povos e reinos da Europa, começava a ganhar consciência e a reflectir-se na própria propaganda do reino, como é o caso dos portugueses de ouro e, depois, em prata. A gesta era feita não só

por homens, como também pelas fortes espécies monetárias em que o reino era rico, de tal modo que o seu rei lavrava moedas de grande peso e ouro de alto quilate, como eram os portugueses e os cruzados de ouro. Estas contribuíam para a imagem externa de um “grande” e “poderoso” rei, como era o de Portugal, que chegava tão longe com uma poderosa armada e mercadorias valiosas, “lembrando-o”. Não foi com o objectivo de associar a moeda ao rei de Portugal e aos seus súbditos, que Gama ofertou portugueses, cruzados e tostões em Calecut e Melinde, e Nicolau Coelho um português ao corretor de Cambaia, aconselhando-o a furar a moeda e a trazê-la sempre pendurada ao pescoço? ²⁷ Completavam a imagem as bandeiras “farpadas de damasco branco e vermelho com cruces de Christo”, as mesmas cruces das moedas ²⁸. Ao trato das mercadorias, juntava-se o ideal de cruzada com a evangelização ²⁹

O império traduzia mudanças, presentes na nova geografia e conhecimento do mundo que os portugueses descobriram, nas novas gentes e costumes, nas novas ambições que se perfilavam de domínio, de poder e de riqueza, quer para o rei, quer para o reino. A literatura e a arte nacionais desta época identificavam-nas e o mesmo ocorria com os contemporâneos, nessa Europa, onde os feitos dos portugueses causavam espanto e curiosidade. Não seria Miguel Ângelo quem pintaria no tecto da capela Sistina um português a puxar para o céu um negro?

Estes entrariam cedo na arte, como um dos reis gentios adoradores do Menino Deus. Em Portugal, já na segunda metade do século, um pintor anónimo de Évora, identificado por Dagoberto Markl como pertencente à escola de Nuno Gonçalves, pintava um rei mago negro com cinturão, cimitarra e esporas que seguia um rei coroadado, vestido com uma opa de escarlata aveludado, que assemelha D. João II. Por sua vez, Jorge Afonso pintava o rei negro no retábulo da igreja da Madre de Deus, em Lisboa, e no políptico da igreja de Jesus em Setúbal. Cedo, o aborígene brasileiro, talvez ainda à data em que Vasco Fernandes pintara o retábulo do altar mor da sé de Viseu (c. 1501-1506), entendido como o “bom selvagem” da carta de Pero Vaz de Caminha, apareceria como um dos reis magos, ofertando uma taça de pedras preciosas, enquanto o Menino brincava com uma moeda de ouro em cuja face se vê a esfera armilar. Em Gregório Lopes, um dos reis identificava D. Manuel que ofertava uma taça de ouro com pedras preciosas e moedas áureas e um outro, com o seu acompanhante, assemelhava-se antes a um príncipe oriental, com brincos de ouro nas respectivas orelhas. Príncipe indiano era também transposto para a tela por Vicente Gil e Manuel Vicente, dois pintores da escola coimbrã. O esplendor das riquezas, trazidas com as descobertas, e os novos povos integrados na cristandade extravasavam para a pintura contemporânea, quer fosse, ou não, encomendada pelo rei e a família real.

Garcia de Resende, na *Miscelânea*, expressava o sentimento de mudança que se vivia no seu tempo:

*"e recolher à memoria
as muytas, e grandes cousas,
que em nossos dias passaram,
e as nouas nouedades,
grandes acontecimentos,
e desuairadas mudanças
de vidas, e de costumes,
tantos começos, e cabos,
tanto andar, e desandar,
tanto subir, e decer,
tantas voltas mas, e boas,"*³⁰

*Outro mundo encuberto
vimos entam descobrir,
que se tinha por incerto ..."*³¹

Mudanças que outros autores mencionariam, como Bernardim Ribeiro, na *Menina e moça*, ao afirmar *tudo anda trocado, que não se entende (...), (...) que mudança possui tudo (...)*³², ou o Bandarra, *Vejo tanta misturada / Sem haver chefe que mande*, e terminava o "Sonho Terceiro", com

*Acharão, que nestes dias
Serão grandes novidades,
Novas leis, e variedades,
Mil contendas, e porfias.*³²

O mundo "às avessas", que Garcia de Resende mostrava, tinha laivos de messianismo:

*"E vimos monstros na terra,
e no ceo grandes sinaes,
cousas sobrenaturaes,
grandes prodigios de guerra,
fomes, pestes, cousas taes.
Dizem que em Chipre foy visto
muy grande numero disto,
Roma, Milã, outras partes.
vimos nigromantes artes,
que remedam Antechristo"*³³

Mudanças que assemelhavam um fim dos tempos, um Juízo Final, como a mão anónima que pintou os condenados ao inferno, onde o diabo, sentado num trono, lembrava o índio do Brasil, com a cabeça e o corpo cheio de penas.

Foi neste ambiente que cresceu, também, clandestinamente, o messianismo dos cristãos novos a que não faltou um "rei dos judeus no Oriente", cujo embaixador no Ocidente e na corte de D. João III era o seu próprio irmão, David Reubeni, nem um "messias" português, o alfaiate de Setúbal, Luis Dias³⁴. Messianismo, que poderia ser antevisto como a esperança para os judeus que mandaram insculpir na lápide hebraica de Gouveia, datada de 1496-97, uma citação do profeta Amós: "... e os resgatados de Deus voltarão e virão para Sião"³⁵.

De facto, os judeus, tornados cristãos novos, viviam um tempo messiânico. Segundo Isaac Abravanel, o rei Messias deveria chegar entre 1490 e 1573, apontando para o ano de 1531. A corroborar a época messiânica, estavam a identificação das dez tribos perdidas de Israel nas comunidades judaicas da Abissínia, as derrotas cristãs frente aos turcos, a identificação de Edom com Roma, a que se agregaria a crítica e a heterodoxia no seio da própria cristandade³⁶.

A alimentar a esperança messiânica dos cristãos novos portugueses, circulavam as trovas do sapateiro de Trancoso, Gonçalo Eanes, o Bandarra, apesar de eivadas das ideias milenaristas cristãs e judaicas, naquilo que a apocalíptica cristã tem da apocalíptica judaica:

*"Todos terão um amor,
Gentios como pagãos,
Os Judeus serão Cristãos,
Sem jamais haver error.*

*Servirão um só Senhor
Jesus Cristo, que nomeio,
Todos crerão, que já veio
O Ungido Salvador"*³⁷.

*O qual logo fui buscar
A Got, Magot, e Ezequiel,
As Domas de Daniel
Comecei de as olhar;
E achei no seu cantar
Segundo o que representa;
E assim Gad, como Agar,
Que tudo se há-de acabar
Dizendo: cerra os setenta.*³⁸

Integrando, na ideologia sobre a origem de Portugal, o milagre de Ourique e, nas ideias milenaristas cristãs, as profecias sobre o reino e o império, Bandarra discorria sobre um rei que todos gostariam de ver imperador, o *bom Rei Encoberto, o tempo desejado / É chegado, o Rei novo é alevantado*, e rematava

*Saia, saia esse infante
Bem andante,
O seu nome é D. João,
Tire, e leve o pendão,
E o guião
Poderoso, e triunfante.*³⁹

O “Encoberto” das Trovas, associado ao imperador dos últimos dias, era D. João, talvez D. João III a quem Gonçalo Eanes dedicara as trovas, segundo confessara aos inquisidores, talvez seu filho, o príncipe herdeiro D. João, no imaginário dos cristãos novos de Trancoso, pois nascera “sob o signo do faraó”, devendo destruir a Inquisição e o poder do cardeal D. Henrique⁴⁰. O processo do sapateiro de Trancoso referia ainda um certo tipo de pregação apocalíptica, como a de mestre Gaspar, que afirmava, sob a autoridade de Jacob, que o antiCristo viria da tribo de Dan “e que estes estavam encerrados até que o Senhor os soltasse para daí vir o AntiCristo”⁴¹

Mas Bandarra não era o único. Gil Vicente, no *Auto da Lusitânia*, transmitia também esses contornos messiânicos:

*E se o nosso Infante passa,
e ele hoiver de passar
o Leão do oiro belo,
Duque das partes d'Além,
não hei-de ficar em casa,
nem nenhum homem de bem.*

*(...)já vedes que el-Rei é aqui
e temos já aqui el-Rei,
santo, mais que el-Rei Davi.*⁴²

Assim, Bandarra, o sapateiro de Trancoso de origem cristã velha, difundiria as trovas de cariz messiânico e o mito do Encoberto⁴³ junto dos cristãos novos do reino, que identificavam este último com o “rei dos judeus”, prometido pelo Antigo Testamento, o qual os conduziria à Palestina, resgataria Jerusalém e tornaria o judaísmo uma religião universal. O messianismo judaico ajudaria a manter as

trovas actuais, entre estes, durante os séculos XVI e XVII ⁴⁴, na mesma medida em que a dominação filipina incentivaria a crença no Encoberto, por parte dos portugueses cristãos.

A luta do bem contra o mal, dos Portugueses contra o Turco, no Índico, ou contra o Mouro, no norte de África, era uma guerra justa que tinha como objectivo a vitória da cristandade e, conseqüentemente, do cristianismo como religião universal. Esta exortação à guerra em prol da cristandade iria marcar poetas e cronistas, quer os que exaltavam o império do Índico e o reino que o erguera, quer os que o contestavam por cevadoiro de gentes, das famílias e dos costumes. Por vezes, ambas as correntes eram transmitidas pelo mesmo autor, como veremos.

O "império" e a guerra contra o Islão eram protegidos e queridos por Deus, que manifestava o seu favor aos Portugueses através de eventos extraordinários, como aquela cruz que aparecera sobre a armada de Afonso de Albuquerque e que ao desfazer-se indicara o local onde se situava o reino do Preste João, o rei dos cristãos do Oriente⁴⁵. Participando nesta corrente premonitória do papel dos Portugueses, surgia o *anjo de Portugal*, anjo protector dos Portugueses e do reino que surge na arte deste período.

Daí que o domínio de novos mares, terras e gentes, nomeadamente as do Oriente, tivesse conduzido à sobrevalorização dos Portugueses e do seu rei, senhor de um território onde o sol nascia e se punha. A sua universalidade que abraçava quatro continentes conduzia à ideia de um império, palavra que alguns não hesitavam em utilizar na dupla acepção de poder/domínio e de império. Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de situ orbis*, denominava D. Manuel de César, e D. Francisco de Almeida incitava-o a tomar o título de imperador.⁴⁶

João de Barros, na *Cartinha para aprender a ler*, datada de 1539, associava a catequização dos quatro príncipes do Malabar à dos príncipes do Congo, desde D. João II, e à universalidade da religião "profetizada no salmo setenta e um"⁴⁷.

Mas à exaltação do império de um João de Barros ou de um Gaspar Correia ⁴⁸ sucederia a exaltação dos Portugueses em Luís de Camões. No canto I de *Os Lusíadas*, encontramos referências ao *novo Reino*, ao *Império*, à *nova idade* que fará esquecer os feitos de Gregos, Troianos, Macedónios e Romanos, porque

" é dos Fados grandes certo intento
Que por ela se esqueçam os humanos
De Assírios, Persas, Gregos e Romanos",

onde Portugal aparecia já como o 5º Império que faria esquecer os quatro anteriores⁴⁹. Quinto Império anunciado por feitos e presságios de uma nova idade,

a que não faltava um construtor de império, D. Manuel, designado em Gil Vicente por *alferes da fé*, e um príncipe da paz, D. João III o "pastor angélico" de Bandarra ou o da "paz angélica" em Camões⁵⁰.

Mas o messianismo reforçava-se com as perturbações que ocorriam na Europa: Lutero, Henrique VIII e Calvino, a invasão de Roma pelo rei de França e o avanço do Turco no Mediterrâneo. E este último afirmava com premência a necessidade de escorraçar o infiel da Europa que ele teimava em invadir e cercar.

A esta construção ideológica do *topos* imperial suceder-se-ia o sentimento e a consciência da crise. Sá de Miranda bem a referia, entre outras poesias suas, na *Carta a António Pereira*:

*Foi sem malícia e mau erro
a boa idade dourada,
apressou-se a prateada,
não tardou nada a de ferro,
que tudo pôs à espada.*⁵¹

Daquela idade dourada, ficava a memória de outro tempo perdido:

*Os momos, os saraus de Portugal,
tão falados no mundo, onde são idos,
e as graças temperadas do seu sal?*

*Maior culpa do tempo, que o que mais
Honra merece, tem por menos dino.*

*(...) Da idade de ouro, tanto te privou,
Que na de ferro e de armas te deitou.*⁵²

Ao mesmo tempo, condenava-se a Índia como causadora da decadência e o rei que levava os Portugueses para tão inóspitas terras, assim como se exortava à guerra contra o infiel, perto da Europa. O velho homem, que das praias do Restelo clamava contra a partida das naus para o Oriente, transmitia a outra voz que se ouvia em Portugal:

*Não tens junto contigo o Ismaelita,
Com quem sempre terás guerras sobejas?*

(...) Deixas criar às portas o inimigo,
Por ires buscar outro de tão longe,
(...) Por que a Fama te exalte e te lisonje,
Chamando-te senhor, com larga cópia,
Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia.⁵³

A exaltação da cruzada contra o Turco, no Mediterrâneo e no norte de África, renasceria com a memória dos tempos idos, nomeadamente de D. Afonso V. Na carta de António Ferreira a D. Luís Gonçalves da Câmara, mestre de D. Sebastião, era a guerra *por Deus e para Deus* a razão da riqueza de Portugal.⁵⁴

Com o desaparecimento de D. Sebastião, o rei *desejado*, em Alcácer Quibir, o mito do Encoberto transferia-se para D. Sebastião e depois para D. João IV, D. Teodósio, D. Afonso VI e D. Pedro II⁵⁵. Entramos na época de António Vieira e se este foi a figura charneira das ideias messiânicas do Portugal de Seiscentos, a verdade é que não foi o único a professar tais doutrinas. Do "Encoberto de Portugal", passava-se para o "Encoberto" universal. O primeiro, D. João IV, fora associado como tal em muitos sermões do acto de aclamação de 1640⁵⁶; o segundo assumia a forma de heresia, para o Tribunal do Santo Ofício. E o réu era António Vieira, jesuíta, confessor do rei e orador na corte, acusado pelos inquisidores de "estranho", "escandaloso", "temerário", "ofensivo", "fátuo com sabor a heresia e injurioso para a Igreja"⁵⁷.

Vieira era um homem do seu tempo. E a sua época vivia sob a pressão de hecatombes cósmicas, de pestes, fomes e da iminência da invasão turca na Europa. Vivia-se um período entendido como pré-apocalíptico, alimentado pela circulação de profecias antigas, como as das Sibilas Tiburtina e Cumea, ou modernas, como as do Beato Amadeu, o franciscano João da Silva, ou Nostradamus, por essa Europa fora a que Portugal não era estranho e que são visíveis na inúmera correspondência de Vieira⁵⁸.

As Trovas do Bandarra e os comentários aos textos apocalípticos circulavam e alimentavam a esperança na independência perante os Filipes e os espanhóis, ao mesmo tempo que iriam ideologicamente reforçar o apoio aos conjurados de 1640 e à Restauração. Numa edificação cristã, mas também numa consciencialização política, a parenética de conteúdo milenarista esteve, no século XVII, ao serviço dos descontentes com a política e dominação espanholas, como o demonstrou João Marques, no seu estudo sobre a parenética portuguesa⁵⁹.

Vieira reflecte toda esta realidade conjuntural, quer nacional, quer europeia católica ou reformada⁶⁰. Associada à ideia dos Últimos Dias, sem dela se poder desligar, encontrava-se o Juízo final, quer o dos últimos tempos, quer o juízo perante Deus no dia da morte individual. Por isso, no sermão do Dia de Reis de 1641, pregado na Baía, o nosso jesuíta associava as dificuldades que se viviam no Brasil

com a dominação holandesa e os seus ataques à imagem apocalíptica dos últimos tempos, ao mesmo tempo que associava os portugueses ao antigo povo de Deus quando, comandado por Moisés, vencera os Madianitas. Exortando-os ao último esforço para expulsar os invasores do território nordestino, Vieira comparava as informações que possuía das guerras europeias, aos sinais dos últimos tempos em que muitos não acreditavam. O Último dia era metaforicamente o dia da vitória, que havia de chegar, embora não se soubesse quando. Mas os "sinais", tal o indiciavam.⁶¹

Já nesta altura, o Padre António Vieira estava conquistado pelo bandarrismo. Naquele dia, no Colégio da Baía começava por oferecer os dons a Deus, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, à memória de D. Sebastião seu fundador. Ao representante de Filipe IV oferecia o cirio "apagado" com as armas de Portugal, rei que herdara o reino e rematava: *com o sangue e com a coroa, herdou juntamente daquele piedosíssimo rei o affecto e particular devoção à nossa Companhia. Herdou, disse, e conforme teologia de S. Paulo, quem diz herança supõe verdadeira morte, que como fim de uma vida tão suspirada, não é muito que não seja bem crida. Mas por mais que* **o natural amor queira alentar as esperanças, ou as desesperações, o mesmo género da oferta parece que nos desengana e repreende os desejos; porque um cirio apagado que oferecemos, mais é cerimónia de defunto, que reconhecimento de vivo. Viva pois o santo e piedoso rei (que já é passado a ano de 40), viva e reine eternamente com Deus, e sustente-nos desde o Céu com suas orações, o reino que com demasiado valor nos perdeu na Terra** ⁶².

Pregado a 6 de Janeiro de 1641, mostra que as novas do movimento de 1º de Dezembro de 1640 ainda não eram conhecidas no Brasil. Desconhecendo a conjura que levava à aclamação do duque de Bragança, D. João, como rei de Portugal, Vieira reconhecia publicamente que o Encoberto D. Sebastião não viera para libertar o reino, pois o ano de 40 tinha terminado ⁶³.

Em 1642, já em Lisboa, pregava na capela real pelo aniversário natalício de D. João IV, 19 de Março, dia de S. José, fora o dia do nascimento do *mais desejado rei, D. João, o amado*. Parafraseando o papel que S. José tivera na criação de Jesus, o Messias *encoberto*, também o mesmo santo protegera o rei D. João, *rei encoberto*, o orador explanava o seu pensamento nestes termos: *"Sendo pois estes dous reis (Cristo e D. João) nascidos ambos reis, ambos redutores, e ambos encobertos; o primeiro, como diz a profecia de Isaías: (...) O segundo prometido pela profecia, e tradição de Santo Isidoro a Espanha, não com outro nome, ou antonomásia, senão a do Encoberto. E como protegeu ou "encobriu" S. José o novo rei? (...) equivocando milagrosamente um rei com outro rei, e encobrindo um vivo*

com outro morto. Perdeu-se, ou morreu na batalha de África el-rei D. Sebastião, e puderam tanto as saudades de um rei, que se tinha perdido a si e a nós, que sem se divertirem aonde deviam, deram em esperar dele, e por sua vida e vinda, a nossa redenção; e este foi o altíssimo conselho, com que S. José, debaixo das cinzas do rei passado e morto, conservou e teve encoberto o rei futuro e vivo. (...) Pois assim conservou e encobriu S. José a vida de el-rei D. Sebastião defunto. (...) Assim estava Portugal triste, assim estava desconsolado, assim estava cativo, e assim lhe prometia S. José a coroa perdida debaixo das cinzas do rei morto reputado por vivo; e assim conservava vivo e encoberto aquele que verdadeiramente havia de restituir aos tristes, desconsolados e cativos a coroa perdida. (...) . Terminava o ilustre pregador propondo S. José para padroeiro de Portugal, para que se cumprisse a profecia de Cristo a D. Afonso Henriques: "Quero em vós, e em vossa descendência estabelecer o meu império"⁶⁴.

Fazendo-se eco da narrativa do monge alcobacense frei Bernardo de Brito, acerca da profecia do eremitão em Ourique, a propósito da interrupção da linhagem de Afonso Henriques, na 16^a geração, e na sua recuperação após sessenta anos; da identificação do duque de Bragança com o D. João das *Trovas* do Bandarra; da ideia milenarista do império universal, instituído por Portugal depois das conquistas de África, do império otomano e de Jerusalém, na profecia que circulava em nome de frei Gil de Santarém, Vieira condenava os que teimavam em acreditar na vinda de D. Sebastião, o rei Encoberto e esperado⁶⁵. E rematava no *Sermão dos Bons Anos*, pregado em 1641, com as profecias que tinham predito a *liberdade de Portugal, como os venturosos sucessos dela, tanto tempo antes, e por tão repetidos oráculos profetizada, para que vissemos estas maravilhas humanas, entendêssemos que eram disposições, e obras divinas*⁶⁶.

Acompanhava este bandarrismo milenarista a afirmação de que Portugal era uma nação eleita por Deus, que lhe confiara a evangelização e salvação dos povos de África, Ásia e América, em troca das riquezas que estes lhe entregavam. O império universal dos portugueses era o império da cristandade e da universalidade da religião cristã, através da catequização e evangelização dos outros povos. Esta ideia encontrava-se claramente expressa nas cartas que enviara a D. João IV e a D. Afonso VI, a propósito da necessidade de Portugal investir na sua evangelização⁶⁷.

Eram tempos de sofrimento aqueles em que o Turco avançava sobre a cristandade, sofrimento esse que prognosticava os últimos dias, ou seja, a ascensão de Portugal e da cristandade ao império universal, tal como afirmavam as várias profecias. Na sua correspondência com os seus interlocutores, entre os quais destacamos o marquês de Gouveia, D. Rodrigo de Meneses, Duarte Ribeiro de Macedo e outros, o acento era sempre posto na proximidade dos *tempos*,

relacionando todas as ocorrências políticas e bélicas com esta sua crença, para a qual se firmava na leitura que fazia das profecias do Beato Amadeu, o português franciscano João Meneses da Silva, do Apocalipse de Serafino de Razis, frei Gil, Joaquim de Fiora, dos livros sibilinos, etc, para além dos livros canónicos do Antigo e Novo Testamento⁶⁸

A mundividência escatológica do Padre António Vieira manifestava-se com a marca do milenarismo cristão dos franciscanos medievais e modernos. Naquela integrava-se a história do presente e do futuro, marcada pelas esperanças quiliásticas, expressas nas várias profecias, desde os tempos antigos até ao seu tempo, e nela Portugal desempenhava um papel único, assim como o seu rei. No sermão das exéquias de D. João IV, que conhecemos pela carta ao bispo do Japão, padre André Gonçalves, datada de 29 de Abril de 1655 e apensa ao processo que a Inquisição lhe levantou, entre 1663-1665, ano da sua prisão em Coimbra, o nosso jesuíta defendia uma tese demasiado heterodoxa, para não usarmos o termo herética, sobre D. João IV e a sua ressurreição como o "rei dos últimos dias", o "capitão de Deus" que conduziria todas as nações da cristandade à vitória sobre o Turco e à libertação de Jerusalém.

A base de todo o seu raciocínio eram as profecias, nomeadamente as do Bandarra que ele declarava e provava ser verdadeiro profeta. A premissa irrefutável e explanada tinha como principio o seguinte silogismo: *Bandarra é verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que El-Rei D. João o quarto há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando: logo El-Rei D. João o quarto há-de ressuscitar.* Tal conclusão radicava num acto de fé, como ele próprio escrevia: *Esta foi a consequência de Abraão, e esta é a minha de pois de El-Rei D. João o quarto morto, como já o tinha sido quando S.M. esteve no grande perigo de Salvaterra; em que tantas vezes e tão constantemente o repeti, e depois preguei que, ou El-Rei não havia de morrer, ou, se morresse, havia de ressuscitar. (...), assim o creio e espero; e assim o devem querer e esperar, por infalível consequência, todos os que tiverem a Bandarra por verdadeiro profeta, que é o que agora mostrarei.*

A razão do seu discurso era condenar todos os que ainda acreditavam no regresso de D. Sebastião, como o soberano que levaria o reino para uma nova idade, ou seja, as tais "esperanças de felicidades para Portugal". Com base nas *Trovas* do sapateiro de Trancoso, António Vieira começava por identificar os acontecimentos prognosticados com um século de antecedência: a revolta do Manuelinho em Évora; a restauração de 1640; a guerra contra a Espanha; o "novo" rei "saído da casa dos infantes" chamar-se-ia João; e outros acontecimentos ocorridos como a reconquista dos territórios ocupados por invasores, as traições, a subida ao trono de D. Afonso, em vez de D. Teodósio, o não reconhecimento de D. João IV por Roma, etc. Faltara cumprir-se a vitória sobre o Turco, a conquista de Jerusalém e o fim

do Islão, as quais não são *“para o tempo da aclamação, senão para outro tempo, e para outra sezão muito depois”*.

Adaptando, com imaginação, as trovas à sua tese, o padre António Vieira concluía que D. João IV seria aclamado imperador depois de todos estes feitos, pelos quatro reis que o acompanhariam à conquista da Terra Santa e de Constantinopla. Pela mesma altura, seriam libertadas as dez tribos de Israel, libertação que ele interpretava a partir do “Sonho Terceiro” das referidas *Trovas*. Aliás, associando Ezequiel ao “Sonho Terceiro” do Bandarra, Vieira traçava escatologicamente a ressurreição dos mortos na libertação das dez tribos do cativeiro em que se encontraram, durante séculos. Estes eram os “últimos tempos”: *“O gigante Golias significa aqui o AntiCristo, e diz Bandarra, como tão grande intérprete das Escrituras, que há muitos, que se têm por sábios, que receiam a vinda das dez tribos e a conversão dos Judeus, porque têm para si que quando isto for já é chegado o fim do mundo, e que já estamos no tempo do AntiCristo. (...) E verdadeiramente que é assim, que esta restituição do povo hebreu à sua pátria, por meio do conhecimento de Cristo, é a cousa mais frequente e mais repetida nos profetas de quantas eles escreveram”*.

A estes acontecimentos seguir-se-ia a paz universal, *tão cantada e prometida por todos os profetas, debaixo de um só pastor e de um só monarca, que será o nosso felicíssimo Rei, instrumento de Deus para todos estes fins*. Em toda a sua teoria, Bandarra era o profeta único e verdadeiro e D. João IV o actor de todos estes sucessos felizes para Portugal. Jogando com os versos *“O rei novo é levantado, “O rei novo é acordado” e “Desse bom rei encoberto”*, continuava a eleger D. João IV, mesmo depois de morto, como o *encoberto*, rematando *“E, se este mesmo rei D. João está hoje morto e sepultado, não é só amor e saudade, senão razão, obrigação e entendimento crer e esperar que há-de ressuscitar*. E concluía: *Tenho para mim que dentro na era de sessenta se há-de representar no teatro do mundo toda esta tragicomédia*, justificando-a em Bandarra, no Apocalipse – e o número 666 – e nos fenómenos telúricos que deviam prenunciar o final dos tempos⁶⁹.

A década de 60 seria a primeira de muitas outras que Vieira perseguiria para os últimos tempos, ao mesmo tempo que iria adequando o “seu” imperador a D. Afonso VI e a D. Pedro II. A 4 de Maio de 1665, escrevia a D. Rodrigo de Meneses, a propósito de um meteoro que caíra na Galiza e outros “prodígios” de que ouvira falar terem ocorrido em Portugal e em Roma, que *tudo são sinais e prodígios que solenizam as vésperas do ano fatal, por cujas maravilhas nenhum há já tão incrédulo que não espere*⁷⁰. De facto, o ano de 1666, devido aos 666 era entendido como um ano possível para os últimos dias, pois fora predito no Apocalipse. D. Afonso VI, graças às vitórias sobre o exército espanhol era olhado como o monarca para *uma maior monarquia*⁷¹.

Passado este ano sem que algo de significativo ocorresse, Vieira transferia a sua esperança para o ano de 1670. De novo, em carta dirigida àquele fidalgo, mas escrita a 15 de Fevereiro em Roma, o Padre António Vieira animava-se com os preparativos bélicos do Turco contra o Ocidente. *Sempre me animei muito com os oráculos, que têm prometido a vitória do Turco às armas de Portugal, debaixo do governo do Sr. Marquês de Marialva (...). As esperanças que não quero chamar profecias, se vão dispondo por seus passos contados. Estamos no fatal ano de setenta, e o Turco fica fazendo em Constantinopla e Cândia os maiores aparatos de guerra, que nunca jamais se viram; (...)*⁷².

Bandarra, mais uma vez, confirmava as suas esperanças para o ano de 1673. Em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, datada de 31 de Maio de 1672, jogando com os *quarenta* de uma das *Trovas*, coincidente com o ano da Restauração, e com os *Trinta e dois anos e meio / haverá sinais na terra / A escritura não erra*, Vieira estimava que aquele ano seria o do *milénio*. Ano atrás de ano, perseguia a sua esperança: 1675, o ano da profecia de Nostradamus, 1679 ou 1680, segundo Bandarra que predissera *tudo se há-de acabar / Dizendo cerra os setenta*, ou 1700 ou 2000 como alguns outros prognosticavam⁷³.

Tal como ia avançando com o ano, o nosso Jesuíta ia designando os princípios dos últimos dias. D. João IV, D. Afonso VI e, por fim, D. Pedro encarnavam no seu pensamento a figura escatológica do imperador dos últimos dias e, mais uma vez, Bandarra era o profeta: *nele se cumprirá o rei novo é acordado, como se tem cumprido grande parte daquela profecia*⁷⁴.

Ao lermos a sua correspondência, podemos concluir que a corte portuguesa era um centro de circulação das ideias milenaristas, incluindo a própria família real, em cuja biblioteca existiam algumas obras menos "ortodoxas". Rodrigo de Meneses, marquês de Gouveia, Duarte Ribeiro de Macedo foram alguns dos seus interlocutores.

Mas outros, se não se afirmavam pela heterodoxia milenarista e polémica, também eram seus seguidores e coincidiam com Vieira na análise crítica sobre o estado do reino. Apenas divergiam no modo como o faziam: Vieira olhava o futuro como a idade de ouro, o V Império universal, encabeçado pelo rei de Portugal, profetizado nas profecias; outros, como Manuel Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo procuravam acudir ao presente e à decadência do reino com olhos postos no futuro, mas relembando a *idade de ouro* do passado⁷⁵.

Van den Besselaar escrevia a propósito desta cultura milenarista que circulava no reino: *Os quatro decénios que decorreram entre 1630 e 1670 são o apogeu do messianismo português, não só pela grande quantidade de textos que naquele período foram redigidos, como também pela qualidade das pessoas que tomaram parte na discussão. Até mesmo podemos dizer que nos primeiros anos que se*

*seguiram à Restauração o messianismo deixou de ser um fenómeno sub-cultural para vir a ser um elemento da cultura nacional*⁷⁶.

Após a identificação do *Encoberto* com os primeiros soberanos da casa de Bragança, o mito sebástico recrudesceria no reinado de D. João V, associado ao imaginário medieval das "Ilhas Afortunadas", da "ilha de S. Brandão" ou da "ilha das 7 cidades", onde D. Sebastião viveria. Havia até quem escrevesse tê-lo encontrado e falado com ele, como sucedeu na narrativa de Fernando Correia, em 1693. Este texto encerrava, em si, um misto de um sentimento oculto de que um dos falsos D. Sebastião, o calabrês, morreria em vez do verdadeiro rei que, prisioneiro, fora abandonado numa ilha deserta, para aí estiolar, qual Robinson Crusoe⁷⁷.

Bandarra e o *Encoberto* voltavam a circular no interior de uma sub-cultura popular descontente com a governação de D. João V e o aproveitamento ostentatório e sem utilidade, para o reino, do ouro do Brasil. Van den Basselaar quer ver em algumas profecias, as dos Segundo e Terceiro Sonhos, acrescentos às *Trovas* iniciais com clara alusão à construção do convento de Mafra. O *Encoberto* aparecia aqui associado à figura de Cristo a expulsar os vendilhões do Templo e à figura do primeiro rei, D. Afonso Henriques⁷⁸.

Condenado Bandarra e as suas profecias, no tempo do Marquês de Pombal, em nome das "luzes" que encontravam nas superstições/profecias uma forma de incultura, a fogueira foi o local natural para a queima de uns papéis e livros com *Trovas* aos quais foram associados os textos de Vieira, publicados numa nova versão intitulada *Maquinações de António Vieira Jesuíta*⁷⁹.

Intrinseco ao sentir popular, sempre na esperança de melhores dias, o bandarrismo permaneceu na luta contra os invasores franceses, na crença no liberalismo *versus* absolutismo e vice-versa, contra o *Ultimatum*, contra a decadente monarquia e, por fim, contra a I República. Integrou o pensamento dos primeiros pensadores socialistas e republicanos. A profecia, com os seus olhos postos numa idade de ouro futura, associava-se à saudade, lamento por um paraíso perdido, e à utopia: a felicidade procurada em qualquer espaço e em qualquer tempo. A *saudade* dos tempos áureos das descobertas e do império iria ser evocada de diferentes modos, na segunda metade do século XIX, perante o descalabro da monarquia constitucional, e no século XX, com a desilusão da I República.

Exemplos deste espírito são a *Portuguesa* de Alfredo Keil, a proclamação da República a 31 de Janeiro, no Porto, a *Pátria* de Guerra Junqueiro, eivada de messianismo republicano e socialista, onde Portugal aparece assimilado a Cristo, na crucifixão e no epitáfio "Portugal, rei do Oriente", o *D. Carlos* de Teixeira de Pascoaes. Neles, o *Encoberto* é o Povo Português, não o reino ou o seu rei. A Terra/Pátria por cumprir é identificada com a Pátria/Povo. João Medina, a propósito deste período, escrevia: *O período de cinco anos que antecede a queda da realeza*

foi dos mais curiosos da história portuguesa contemporânea, não só para se poder compreender a vivência verdadeiramente religiosa desse lustro que antecedeu a revolução que fez baquear uma monarquia com quase oito séculos de existência, mas ainda para se entender como se levou ao rubro, tanto de um lado como doutro da barricada, o messianismo congénito do povo, contra as formas tradicionais em que se vaza a sua forma de relação com a transcendência, o mistério, ou o sagrado⁸⁰.

Neste périplo, não podemos deixar de terminar com Fernando Pessoa que, na *Mensagem* e em outros textos seus, traduziu também este messianismo intrínseco à história portuguesa. Pessoa cantou o império português, nos grandes vultos da História, à semelhança de Camões. A História fez-se sempre com o mar, pois foi o mar a via para o Império. *Mar salgado quanto do teu sal são lágrimas de Portugal*, o mesmo *mar de pranto* e *mar de sangue* cantado por Guerra Junqueiro...

Mas para Pessoa, o império não era a Pátria/Terra a Pátria/Povo. Para Pessoa, o Império era a Pátria/Língua Portuguesa. *Temos que pactuar com a realidade. Não podemos fazer da língua portuguesa o privilegio da humanidade. Podemos, porém, convertel-a em metade de tal privilegio. Os Deuses não nos concedem mais: não podemos aspirar a mais.*

Concentremo-nos no portuguez, como elle se houvesse de ser tudo; não esqueçamos porém que elle pode não ser mais que metade de tudo.

O Quinto Império todo pelo espírito – metade pelo verbo.⁸¹

A universalidade da língua portuguesa era enaltecida por Pessoa, de *Oriente a Ocidente* falada, profetizando para ela o lugar de uma das línguas universais ao lado do Inglês e do Espanhol, pois as três eram faladas no continente americano. Para tal tornava-se necessário “fixar a linguagem”, tomando por base uma “orthographia etymologica”⁸².

Mas o seu milenarismo ou bandarrismo também se fazia sentir na crítica ao seu tempo, tal como acontecera com outros autores que o antecederam. Ele revelava-se na sua crítica à monarquia e depois contra a I República:

*Meu coração está a estalar,
Minha alma diz lhe não.
Vejo o Encoberto chegar
No meio da cerração.*

*Vendidos á Inglaterra,
Caixeiros da França vil,
Metteram a gente na guerra
Como num cesto aos mil.*

*Este vem tropego e cego
Lá das Flandres e das Franças,
Só para o Leotte do Rego
Endireitar as finanças.*

*(...) Anda o povo a passar fome
E quem o mandou para a França
Não tem barriga para o que come
Nem mãos para o que alcança. (...)⁸³*

Pessoa era um milenarista no próprio sentido em que o milenarismo era a esperança de um renascimento para uma idade melhor. Milenarismo universalista que ele associava aos mitos religiosos do eterno retorno, emblematicamente representados no *Encoberto-Osiris*⁸⁴. Milenarismo universal associado ao Encoberto / Portugal, bem expresso no derradeiro verso do poema a Vieira: *Falta cumprir-se Portugal*.

Notas

* Maria José Ferro Tavares é professora catedrática de nomeação definitiva desde 1991. Neste momento, desempenha as funções de Reitora na Universidade Aberta. A sua investigação tem incidido sobre o estudo das minorias étnico-religiosas, da moeda medieval, da assistência, pobreza e morte em Portugal. É autora de vários livros e artigos, publicados em Portugal e no estrangeiro, bem como de vídeos e audiogramas.

¹ Jacques Heers, *A Idade Média, uma impostura?*, eds. ASA, 1992, p. 285.

² *Ibidem*, p. 284.

³ Vd. Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, eds. Terramar, 1997 (ed. Fayard, 1995); *Idem, Uma história do paraíso. O jardim das delícias*, eds. Terramar, 1994 (ed. Fayard, 1992)

⁴ *Crônica de Idácio. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)*, comentário de José Cardoso, Universidade do Minho, Braga, 1982, pp. 13, 15, 16, 17, 23, 25, 26, 28, 30, 31, 32, etc.

⁵ *Cantigas d'escarnho e maldizer*, eds. Galaxia, 1970, pp. 352, 415, 418, 488.

⁶ Joaquim O. Bragança, "Vestígios de milenarismo em Alcobça?", in *Didaskalia*, 1971, vol. I, pp. 173-175.

⁷ Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, Fundação Gulbenkian, JNICT, Lisboa, 1994, pp. 16, 113-136 e 137, nota 292, pp. 138-143 e 222, nota 530.

⁸ Frei Álvaro Pais, *Colírio da fé contra as heresias*, IAC, Lisboa, 1956, vol. II, pp. 51, 52 e 61.

⁹ *Ibidem*, p. 245.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 51 e 67.

¹¹ Maria José Ferro Tavares, "Conflitos sociais em Portugal no século XIV", in *1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV. Jornadas de História medieval*, História & Crítica, Lisboa, 1985, p. 318; *Idem, Judaísmo e Inquisição. Estudos*, ed. Presença, 1987, cap. I.

¹² Fernão Lopes, *Crónica delrei dom João I da boa memória*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, caps. XXIV, XLVI, CLXIII.

¹³ *Ibidem*, caps. XCV, CII, CXI, CXXXIII, CLXXXI; Maria José Ferro Tavares, *Conflitos sociais...*, pp. 318-319.

¹⁴ Maria José Ferro Tavares, ob. cit.

¹⁵ *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte*, ed. Estampa, 1982, p. 122.

^{15 bis} Poggio Bracciolini, *Carta ao Infante D. Henrique (1448-1449)*, introd. de Ivo Carneiro de Sousa, Casa do Livro, 1994, pp. 3-23.

¹⁶ Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica Oitocentista*, INIC, 1987, pp. 78-79 e 125.

¹⁷ Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, UNL, Lisboa, 1982, vol. I, pp. 428-429; *Idem*, *Judaísmo e Inquisição*, ed. Presença, Lisboa, 1987, pp. 24-27.

¹⁸ Gil Vicente, "Auto da Barca do Inferno", in *Obras de Gil Vicente*, Lello & Irmão, pp. 246-247.

¹⁹ Garcia de Resende, "Miscelânea", in *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 343.

²⁰ Luis de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Domingos Barreira, Porto, s/d, canto IV, estrofe LXVI, p. 288.

²¹ *Notícias de missionação e martírio na Índia e Insulíndia*, eds. Alfa - Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 47, Lisboa, 1989, p. 52.

²² *Ibidem*, p. 50.

²³ Pe. Francisco Álvares, *Verdadeira informação sobre a terra do Preste João das Índias*, eds. Alfa - Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 39, Lisboa, 1989, vol. I, p. 140.

²⁴ *Ibidem*, vol. II, pp. 36, 43.

²⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979, vol. I, p. 70; Ana Paula Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda: Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. Segundo a Autora, esta profecia apareceria na edição de 1554 e não na primeira edição da obra, em 1551, o que se nos afigura deveras estranho porque temos a actuação da Inquisição, excepto se tal fosse a tradução de uma propaganda política oficial do império oriental em desfavor de um Brasil em crescimento de importância económica e de um norte de África em vias de abandono.

²⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lello & Irmão, Porto, 1975, vol. I, p. 9.

²⁷ *Ibidem*, pp. 89, 110, 112, 121

²⁸ *Ibidem*, p. 117.

²⁹ *Ibidem*, pp. 144, 148.

³⁰ Garcia de Resende, *Miscelânea*, p. 335.

³¹ *Ibidem*, p. 343.

³² Bernardim Ribeiro, *Menina e moça ou Saudades*, introd. de Helder de Macedo, Publs. D. Quixote, 1999, pp. 95, 96, 175.

³³ *Profecias do Bandarra, sapateiro de Trancoso*, ed. António Carlos Carvalho, Vega, Lisboa, s/d, pp. 37 e 87.

³⁴ Garcia de Resende, ob. cit., p. 364.

³⁵ Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, cap. IV; *Idem*, *Los Judios en Portugal*, eds. Mapfre, Madrid, 1992, pp. 239-259; *Idem*, "Características do messianismo judaico em Portugal, in *Estudos Orientais II - O legado de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, UNL, 1992, pp. 245-266.

³⁶ Fernando Diaz Esteban, "Lápidas judias en Portugal", in *Estudos Orientais II - O legado de Judeus e Mouros*, p. 210.

³⁷ Maria José Ferro Tavares, "Características do messianismo judaico em Portugal", in *Estudos Orientais - O legado cultural de Judeus e Mouros*, pp. 248-253.

³⁷ T.T., *Inquisição de Lisboa*, nº 7197; publ. em extractos por J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, Lisboa, 1947, pp. 123-129 e na íntegra por Elias Lipiner, *Gonçalo Anes Bandarra e os cristãos novos*, Trancoso, 1996, cap. 8; "Profecias" do Bandarra, p. 87.

³⁸ "Profecias" do Bandarra, p. 81.

³⁹ *Ibidem*, pp. 55-65.

⁴⁰ T.T., *Inquisição de Lisboa*, nº 7197; *Inquisição de Évora*, nº 11351.

⁴¹ T.T., *Inquisição de Lisboa*, nº 7197.

⁴² *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983, vol. II, p. 557; Maria José Ferro Tavares, *Características do messianismo judaico em Portugal*, p. 254.

⁴³ É difícil saber se o mito do "justo desconhecido", o *nistar*, da mística judaica estará por detrás do mito do "Encoberto", na Península Ibérica, nomeadamente no século XVI, onde ele também foi divulgado pelos "alumbrados" castelhanos (Vd. Gershom G. Scholem, *La kabbale et sa symbolique*, Payot, 1966, p. 13; J. Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, eds. Terramar, Lisboa, 1997, cap. X.)

⁴⁴ Adriano Vasco Rodrigues e Maria da Assunção Rodrigues, "As Trovas do Bandarra. Suas influências judaico-cabalísticas na mística da Paz Universal", in *Revista de Ciências Históricas*, Univ. Portucalense, Porto, 1987, pp. 185-221; Elias Lipiner, ob. cit., caps. 5 e 6, pp. 57-73.

⁴⁵ João de Barros, *Década Segunda*, Vd. Sanjay Subrahmanyam, "Profecias e feitiços: Gaspar Correia e a primeira viagem de Vasco da Gama", in *Oceanos*, nº 33, 1998.

⁴⁶ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de situ orbis*, Academia Portuguesa de História, Prólogo; Luis Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, "Da cruzada ao Quinto Império", in *A memória da Nação*, Sá da Costa, 1991, p. 97.

⁴⁷ Cit. por Maria Leonor Buescu, na Introdução a António Vieira, *História do Futuro*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª ed., 1992, p. 15.

⁴⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. I, pp. 2, 143, 144, 264, etc.

⁴⁹ Luis de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Campos Monteiro, Porto, Canto I, estrofes 1, 2, 3, 6, 7, 8, 24.

⁵⁰ Gil Vicente, *Farsa chamada "Auto da Fama"*, p. 126; Luis de Camões, ob. cit., Canto I, estrofe 17.

⁵¹ Cit. por Maria Leonor Garcia da Cruz, *Os "Fumos da Índia". Uma leitura crítica da expansão portuguesa, com uma Antologia de textos*, eds. Cosmos, Lisboa, 1998, p. 196.

⁵² *Ibidem*, pp. 200 (Sá de Miranda); 207 (Pero de Andrade Caminha); 220 (Camões, canto IV, estrofe 98).

⁵³ Camões, *Lusíadas*, canto IV, estrofes 100 e 101 e ob. cit., p. 221.

⁵⁴ Cit. em Maria Leonor Garcia da Cruz, ob. cit., pp. 245-247.

⁵⁵ Sobre D. Sebastião, Vd. Francisco Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, eds. Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 28 e bibliografia citada; sobre o sebastianismo, Vd.: Bruno, *O Encoberto*, Porto, 1904; J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do sebastianismo*, Clássica editora, 1947; António Machado Pires, *D. Sebastião e o encoberto. Estudos e antologia*, F. C. Gulbenkian, Lisboa, 1971; José Van den Basselaar, *O Sebastianismo - história sumária*, Biblioteca Breve, ICLP, 1987, entre outros.

⁵⁶ J. Lúcio de Azevedo, ob. cit., pp. 67-99; J. Van den Basselaar, ob. cit., pp. 89-137; João Marques, *A parenética portuguesa e a Restauração. 1640-1668*, INIC, Porto, 1989, 2 vols.

⁵⁷ Maria Leonor Buescu, ob. cit., p. 14.

⁵⁸ António Vieira, *Cartas*, ed. por J. Lúcio de Azevedo, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 3 vols. Vd. Alfredo Dinis, "Astrologia e profecia no pensamento do P. António Vieira", in *Brotéria-Padre António Vieira no 3º Centenário da sua morte*, vol. 145, 1997, pp. 347-360; *Terceiro Centenário da morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional. Actas*, Braga, 1999, 3 vols.

⁵⁹ João Marques, *A parenética portuguesa e a restauração. 1640-1668*, nomeadamente o vol. II, 4ª parte.

⁶⁰ Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade*, caps XIII-XV, pp. 269-313; Eugene Weber, *Apocalypses et millénarismes*, Fayard, 1999, caps. IV, V e VI.

⁶¹ Padre António Vieira, *Sermões*, Lello & Irmão, Porto, 1959, vol. II, pp. 63-99, nomeadamente pp. 71-75.

⁶² *Ibidem*, p. 64.

⁶³ Vieira refere a estrofe do Bandarra: " *Já o tempo desejado / É chegado / Segundo o firmal assenta / Já se passam os quarenta / Que se ementa / Por um doutor já passado*". Sobre a crença no "ano quarenta", Vd. *Sermões*, II, pp. 63-99, nomeadamente pp. 84, 88 e 96-99.

⁶⁴ Vieira, *Sermões*, vol. II, pp. 435-450, especialmente as pp. 441, 442, 444, 445 e 450.

⁶⁵ Vieira, *Sermões*, I, pp. 320-325.

⁶⁶ Vieira, *Sermões*, I, p. 340.

⁶⁷ Vieira, *Sermões*, II, pp. 255-277, 410-411 e III, pp. 1-22; *Idem*, *Cartas*, I, pp. 282-289, 296, 400-423, 430-438, 442-453.

⁶⁸ Vieira, *Cartas*, II, pp. 17, 20-21, 26-27, 44, 47, 60, 67, 78, 80, 91, 92, 198, 208, 211, 215, 220, 222, 224, etc.

⁶⁹ Vieira, *Cartas*, I, pp. 468-525.

⁷⁰ Vieira, *Cartas*, II, pp. 157-158.

⁷¹ Vieira, *Cartas*, II, pp. 33, 39.

⁷² Vieira, *Cartas*, II, p. 289.

⁷³ Vieira, *Cartas*, II, pp. 441-442; III, pp. 103-104, 138, 182, 249 e *Sermões*, II, pp. 72 e 73.

⁷⁴ Vieira, *Cartas*, III, pp. 69-70.

⁷⁵ Cit. por Maria Leonor Garcia da Cruz, ob. cit., pp. 283-297.

⁷⁶ José Van den Besselaar, *O Sebastianismo - História sumária*, Biblioteca Breve, ICALP, Lisboa, 1987, p. 139.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 140-144.

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 144-156.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 156-159.

⁸⁰ João Medina, "A monarquia contestada", in *História de Portugal*, eds. Ediclube, 1993, vol. IX, p. 313.

⁸¹ *Pessoa Inédito*, coordenação de Teresa Rita Lopes, Livros Horizonte, 1993, p. 154.

⁸² *Ibidem*, pp. 228-240.

⁸³ *Ibidem*, pp. 351-356.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 230.